

PROCEDIMENTO POR AJUSTE DIRETO PARA

"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO

NOITADA PORTIMÃO 2025"

CADERNO DE ENCARGOS

NOS TERMOS DA SUBALÍNEA III), ALÍNEA E) DO N.º 1 DO ART.º 24 DO DECRETO-LEI N.º 18/2008 DE 29 DE JANEIRO, ALTERADO E REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 111-B/2017 DE 31 DE AGOSTO

CADERNO DE ENCARGOS

CADERNO DE ENCARGOS	3
CAPÍTULO I.....	3
DISPOSIÇÕES INICIAIS	3
CLÁUSULA 1. ^a	3
OBJETO 3	
CLÁUSULA 2. ^a	3
CONTRATO	3
CLÁUSULA 3. ^a	4
PRAZOS DE EXECUÇÃO	4
CLÁUSULA 4. ^a	4
SIGILO E CONFIDENCIALIDADE	4
CAPÍTULO II.....	4
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE E DO ADJUDICATÁRIO	4
CLÁUSULA 5. ^a	4
PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	4
CLÁUSULA 6. ^a	5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
CLÁUSULA 7. ^a	8
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	8
CLÁUSULA 8. ^a	8
MORA NO PAGAMENTO	8
CLÁUSULA 9. ^a	9
CASOS FURTUITOS OU DE FORÇA MAIOR	9
CAPÍTULO III.....	9
REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	9
CLÁUSULA 10. ^a	9
GESTOR DE CONTRATO	9
CAPÍTULO IV	10
DISPOSIÇÕES FINAIS	10
CLÁUSULA 11. ^a	10
FORO COMPETENTE	10
CLÁUSULA 12. ^a	10
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES	10
CLÁUSULA 13. ^a	10
CONTAGEM DOS PRAZOS	10
CLÁUSULA 14. ^a	10
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	10
CLÁUSULA 15. ^a	11
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	11
1º PRINCÍPIOS GERAIS	11
2º OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO PRESTADOR EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS ..	12
3º OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO	15
4º OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E RESPONSABILIDADES	16
5º INCUMPRIMENTO	16
6º CLÁUSULA INFORMATIVA	16
CLÁUSULA 16. ^a	18
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	18

CADERNO DE ENCARGOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1.^a

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato de **"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO NOITADA PORTIMÃO 2025"**.

CLÁUSULA 2.^a

CONTRATO

1 - A execução do Contrato obedece:

Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP"), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto;

2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

- a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;
- b) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 61.º do CCP;
- c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- d) O caderno de encargos;
- e) A proposta adjudicada;
- f) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo proponente;

- g) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

CLÁUSULA 3.^a

PRAZOS DE EXECUÇÃO

O contrato inicia-se após assinatura e mantém-se em vigor até ao dia **27 (vinte e sete) de julho**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CLÁUSULA 4.^a

SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

1. As partes outorgantes obrigam-se a guardar sigilo e confidencialidade sobre todos os assuntos previstos no objeto da contratação e a tratar, como confidenciais, todos os documentos a que tenham acesso no âmbito do seu desenvolvimento, abrangendo esta obrigação os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que se encontrem envolvidos na prestação de serviços ou no procedimento ao qual o mesmo deu origem.
2. Excluem-se do âmbito do número anterior toda a informação gerada por força da execução da presente contratação, bem como, todos os assuntos ou conteúdo de documentos que por força de disposição legal tenham de ser publicitados e ou sejam do conhecimento público.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICANTE E DO ADJUDICATÁRIO

CLÁUSULA 5.^a

PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Pela execução do serviço e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve a entidade adjudicante pagar ao adjudicatário a quantia total que constar da proposta, a qual não pode exceder o montante de **740.000,00 €**

(setecentos e quarenta mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o adjudicatário ser sujeito passivo desse imposto.

2. O pagamento será efetuado a pronto pagamento, após a apresentação faseada das faturas, que serão emitidas e entregues de acordo com o seguinte:
 - 30 % - Com a adjudicação, mediante apresentação de caução de valor correspondente ao adiantamento concedido
 - 30 % - No fim das montagens
 - 40% - No fim do serviço
3. O prestador de serviços obriga-se a inscrever o número do compromisso e a respetiva data na fatura ou documento equivalente.

CLÁUSULA 6.ª

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Constituem obrigações da entidade prestadora dos serviços:

- a) Fornecer os serviços à entidade adjudicante, conforme as especificações técnicas mínimas, prazos de entrega e requisitos definidos neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;
- b) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- c) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos neste caderno de encargos;
- d) Não ceder a sua posição contratual nos contratos celebrados;
- e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- f) Manter sigilo e garantir a confidencialidade.

- g) Elaborar e executar um plano detalhado para o evento, incluindo todas as atividades, cronogramas e logística.
- h) Assegurar a coordenação eficaz entre todos os fornecedores, parceiros e participantes do evento.
- i) Fornecer serviços conforme as especificações técnicas mínimas, prazos de entrega e requisitos definidos no caderno de encargos e demais documentos contratuais. -
- j) Supervisionar e garantir a montagem das infraestruturas necessárias, incluindo palcos, iluminação, som, vídeo, efeitos especiais e outras instalações temporárias.
- k) Garantir que todas as estruturas e instalações estejam em conformidade com normas de segurança e regulamentos locais.
- l) Projetar e instalar estruturas temporárias necessárias para o evento, como tendas, cabines e outras instalações para atividades específicas.
- m) Contratar e coordenar todos os artistas, performers e equipas técnicas.
- n) Providenciar recursos necessários para que os artistas e técnicos desempenhem as suas funções eficazmente.
- o) Coordenar toda a programação musical e animações durante o evento.
- p) Garantir a produção de conteúdo de vídeo, incluindo o desenvolvimento e implementação de vídeo mapping. Assegurar que o conteúdo seja criativo, tecnicamente compatível com os equipamentos disponíveis e alinhado com os temas e objetivos do evento.
- q) Coordenar com artistas visuais, técnicos e outros profissionais necessários para a realização destas produções.
- r) Instalar sinalética adequada para orientação e segurança dos participantes.
- s) Elaborar e implementar as Medidas de Autoproteção.
- t) Instalação de meios de 1ª intervenção de combate a incêndio (extintores) adequados à tipologia do risco (agente extintor).
- u) Implementar medidas de segurança adequadas.
- v) Garantir a presença da Polícia de Segurança Pública (PSP).

- w) Divisão de Trânsito: Trabalhar com a Divisão de Trânsito para gerir o fluxo de veículos e garantir a segurança nas áreas próximas ao evento.
- x) Corpo de Bombeiros: Contratar serviços do corpo de bombeiros para prevenção e resposta a emergências.
- y) Serviços Médicos: Providenciar intervenção médica no local nos dias e horas de evento.
- z) Garantir e coordenar todos os operadores de restauração e bebidas não sedentária.
- aa) Garantir todas as licenças e autorizações legais necessárias à realização do evento.
- bb) Garantir o depósito e disposição adequada de lixo nos caixotes fornecidos pela Câmara Municipal de Portimão.
- cc) Estabelecer uma parceria com a Câmara Municipal de Portimão para a promoção do evento através da utilização da rede de muppies e outdoors da cidade. Esta colaboração deve incluir o planeamento de estratégias de marketing e a distribuição eficaz de materiais promocionais em locais estratégicos, visando maximizar a visibilidade e o alcance do evento entre o público local e visitantes.
- dd) Desenvolver e executar estratégias de marketing e comunicação, incluindo publicidade e media social.
- ee) Gerenciar todos os aspetos financeiros, incluindo orçamento e pagamentos.
- ff) Comunicar à entidade adjudicante qualquer impedimento à prestação dos serviços.
- gg) Não alterar as condições da prestação de serviços, exceto nos casos permitidos pelo Caderno de Encargos.
- hh) Não ceder a posição contratual nos contratos celebrados.
- ii) Manter sigilo sobre as informações tratadas durante a execução do contrato.
- jj) Envolver a comunidade local.
- kk) Cumprir com todas as leis e regulamentos aplicáveis, mantendo padrões éticos elevados.

CLÁUSULA 7.^a

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

A Câmara Municipal de Portimão compromete-se a fornecer os recursos e equipamentos necessários para a realização do evento. Isso inclui:

- a) Caixotes de Lixo: Fornecimento de caixotes para resíduos comuns, recicláveis e de obra.
- b) Recolha e Limpeza de Lixo: Serviços de limpeza e recolha de lixo antes, durante e após o evento.
- c) Rede Mupies e Outdoors: Utilização da rede municipal para promoção do evento. -
- d) Licenciamento: Assistência no processo de obtenção de todas as licenças necessárias para a realização do evento.
- e) Infraestruturas de Suporte: Incluindo baias metálicas e cadeiras para a montagem de plateias em áreas específicas como o palco Fado.
- f) Espaços Operacionais: Disponibilização de espaços para posto de comando, salas de produção e camarins.
- g) Pavilhão para Refeições: Provisão de um pavilhão para servir refeições ao staff e artistas.
- h) Mobiliário: Fornecimento de mesas e cadeiras necessárias para diversas funcionalidades do evento.

CLÁUSULA 8.^a

MORA NO PAGAMENTO

Em caso de atraso do Município de Portimão no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o Adjudicatário direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

CLÁUSULA 9.^a

CASOS FURTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

- a) Caso o espetáculo não se possa realizar por qualquer imprevisto subjacente a causas de força maior, incluindo estados de salvaguarda decorrentes de situação epidemiológica que impeçam a realização do espetáculo, devem ambas as partes em conjunto, encontrar uma nova data para apresentação pública do espetáculo, aplicando-se o estatuído nos artigos 3ºB, 4.º, 5.º e 11º do Decreto-Lei 10-I/2020 de 26 de março, na sua redação atual.
- b) Se ocorrer algum motivo imputável à segunda outorgante, que impossibilite a realização do espetáculo, deverá a mesma devolver a quantia anteriormente rececionada.

CAPÍTULO III

REPRESENTAÇÃO DAS PARTES E CONTROLO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 10.^a

GESTOR DE CONTRATO

O gestor de contrato que acompanhará permanentemente a execução do contrato, será nomeado pela entidade adjudicante aquando da aprovação da abertura do procedimento e das respetivas peças contratuais.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 12.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 13.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 14.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato, serão aplicáveis as normas do Código dos Contratos Públicos, com as ulteriores alterações.

CLÁUSULA 15.^a

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1º PRINCÍPIOS GERAIS

1. A execução do objeto do contrato a celebrar implica o acesso e tratamento de dados pessoais, pelo que está sujeito ao regime jurídico definido no Regulamento (EU) 2016/679 e Lei 58/2019 de 8 de agosto.
2. Sem prejuízo das obrigações específicas definidas no presente Apêndice, o prestador obriga-se a cumprir as disposições daquele Regulamento em tudo quanto for aplicável à execução do contrato a celebrar.
3. O prestador obriga-se ainda a tomar conhecimento, cumprir e apoiar o Município de Portimão no cumprimento, a Política de Privacidade do Município de Portimão disponível para consulta no site oficial do Município de Portimão.
4. Segundo o artigo 28.º, n.º 1 do RGPD, “o responsável pelo tratamento recorre apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do presente regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados”.
5. Conforme dispõe o artigo 28.º, n.º 3 do Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados ou “RGPD”), o contrato entre o responsável pelo tratamento e subcontratante relativo ao tratamento de dados pessoais pelo segundo por conta do primeiro “é regulado por contrato ou outro ato normativo”, sendo que o n.º 9 do mesmo artigo define que o contrato ou outro ato normativo deve ser feito por escrito, incluindo em formato eletrónico.
6. Finalmente, o n.º 3 do mesmo preceito estabelece um conjunto de estipulações a constar obrigatoriamente do contrato que titula aquela relação de subcontratação, sendo que o subcontratante “trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do responsável pelo tratamento”.
7. Impõe-se, por isso, regular os termos em que o Prestador efetua o processamento de Dados por conta da Cliente no quadro da execução dos serviços objeto deste contrato.

2º OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO PRESTADOR EM MATÉRIA DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

1. Constituem obrigações específicas do Prestador no âmbito da proteção dos dados pessoais a que tenha acesso e que sejam objeto de tratamento no âmbito da execução do presente contrato:
 - a. Utilizar os dados pessoais, objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizar os dados para fins próprios;
 - b. Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pelo Responsável pelo Tratamento dos dados pessoais do Município de Portimão, no âmbito do tratamento dos dados pessoais;
 - c. Se necessário, efetuar uma avaliação de impacto que identifique e minimize os riscos em caso de incumprimento das regras de proteção de dados;
 - d. Assegurar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que aborde, entre outros aspetos que considere relevantes;
 - e. O Prestador apoia em caso de necessidade, o Município de Portimão Responsável pelo Tratamento de Dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto abrangido pelo contrato, nos termos do RGPD;
 - f. As avaliações de impacto referidas nas alíneas anteriores atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro;
 - g. Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que aborde, entre outros aspetos que considere relevante:
 - i. Uma descrição geral das medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança dos dados pessoais objeto de tratamento, designadamente a capacidade para assegurar a

- confidencialidade, integridade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- ii. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
 - iii. O processo de auditoria às medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança dos sistemas e dos serviços de tratamento;
 - iv. O nome e contato do Encarregado da Proteção de Dados, quando for obrigatória a sua designação nos termos do artigo 35.º do RGPD.
- h. Disponibilizar ao Município de Portimão todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das regras de Proteção de Dados;
 - i. Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa do Município de Portimão, ou decorrente de obrigação legal;
 - j. Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
 - k. Garantir que os seus empregados ou quaisquer outras pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade aceitam vincular-se a obrigações idênticas às que se aplicam ao Prestador nos termos deste Acordo, adotando também as medidas de segurança correspondentes;
 - l. O Prestador deve disponibilizar ao Município de Portimão, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade do Município de Portimão, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos;
 - m. Apoiar o Município de Portimão na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
 - n. Permitir o acesso do Município de Portimão aos suportes de tratamento de dados pessoais, no que respeita ao registo dos tratamentos efetuados, para efeitos de auditoria e verificação do cumprimento das obrigações legais e contratuais inerentes;

- o. Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam exigidos pelo Município de Portimão, através do seu Encarregado da Proteção de Dados, no âmbito da aplicação do presente Apêndice;
 - p. Manter atualizados os contactos do seu Encarregado da Proteção de Dados e, em caso da sua substituição, dar conhecimento imediato da mesma ao Município de Portimão;
 - q. Como disposto no n.º 2 do artigo 28.º do RGPD, não contratar outro subcontratante sem que o Município de Portimão tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral e, em caso de autorização geral por escrito, o Prestador informará o Município de Portimão de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim ao Município de Portimão a oportunidade de se opor a tais alterações;
 - r. Em caso de contratação de um subcontratante de acordo com a alínea anterior, a impor a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo válido, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no presente Caderno de Encargos, bem assim, a assegurar que esse outro subcontratante apresenta garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do RGPD;
 - s. Informar prontamente o Município de Portimão sempre que seja intimado por qualquer autoridade competente, incluindo tribunais, órgãos de polícia criminal ou a CNPD, a fornecer acesso a Dados, bem como a colaborar com o Município de Portimão e atuar em resposta a tais intimações de acordo com as instruções legítimas recebidas do Município de Portimão;
2. No caso a que alude a alínea q) do número anterior, se o outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o Prestador continua a ser plenamente responsável perante o Município de Portimão pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.
3. O Prestador declara oferecer garantias suficientes e adequadas de que se encontra apto ao desempenho das obrigações que para si decorrem do presente Caderno de Encargos e que implementará os processos apropriados e todas as

medidas técnicas associadas que assegurem que as instruções do Município de Portimão possam ser convenientemente executadas.

4. O Prestador obriga-se a notificar o Município de Portimão de forma imediata, e em qualquer circunstância no prazo máximo de 24 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do presente contrato a fim de permitir ao Município de Portimão, enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º e 35.º do RGPD.
5. Para o efeito o Prestador deve anexar toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas ou propostas para pôr término à violação de segurança ou mitigar possíveis efeitos negativos. Caso não seja possível enviar a informação simultaneamente, a mesma será expedida gradualmente.
6. Finda a vigência do contrato, o Prestador tem a obrigação consoante a escolha do Município de Portimão de eliminar/apagar ou devolver, os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para o Município de Portimão.

3º OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

1. O Município de Portimão obriga-se a cumprir as disposições legais e regulatórias aplicáveis, incluindo as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados ("CNPD"), nas instruções fornecidas ao Prestador quanto aos tratamentos de Dados efetuados por sua conta ao abrigo deste Caderno de Encargos.
2. O Município de Portimão, na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento cumprirá com as seguintes obrigações:
 - a. Facultar o acesso ao prestador aos dados pessoais que sejam necessários para a prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar;
 - b. Supervisionar o tratamento, incluindo através da realização de inspeções e auditorias. No caso do Município de Portimão realizar uma auditoria, esta avisará o Prestador previamente e com um prazo razoável. Se for caso

disso, o Município de Portimão obriga-se ainda a realizar a auditoria de forma a criar o mínimo de obstáculos possível à atividade do Prestador. O direito de auditoria não inclui o direito do Município de Portimão aceder a informação própria do Prestador ou de Terceiros.

4º OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS E RESPONSABILIDADES

1. As obrigações referidas nos pontos **2º** e **3º** desta cláusula, constituem o acordo de subcontratação entre as Partes, em matéria de proteção de dados pessoais, cuja duração e condições de retribuição não diferem daquelas previstas para o contrato a celebrar.
2. O prestador será responsável pelos danos que possa causar ao Município de Portimão, em virtude do incumprimento dos termos do presente Apêndice ou de qualquer reclamação que possa ser apresentada e esteja relacionada com as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais aplicáveis em cada momento.
3. O Prestador, na qualidade de subcontratante, assume a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer multas, sanções, indemnizações, danos e/ou prejuízos em que possa vir a ser condenado por factos que lhe sejam imputáveis no âmbito da utilização indevida dos Dados recolhidos e/ou tratados ao abrigo deste Caderno de Encargos ou do Contrato.
4. É considerada utilização indevida dos Dados toda aquela que não for executada nos precisos termos das instruções dadas pelo Município de Portimão.

5º INCUMPRIMENTO

O Prestador indemnizará o Município de Portimão por todos os custos por esta incorridos em virtude de quaisquer procedimentos, queixas ou medidas contra o Município de Portimão, resultantes de qualquer incumprimento das garantias e obrigações constantes do presente Caderno de Encargos por parte do Prestador.

6º CLÁUSULA INFORMATIVA

Os dados pessoais das pessoas singulares que intervenham na assinatura e na gestão e execução do contrato a celebrar em nome e representação e/ou por conta de cada uma das partes, serão tratados sob a responsabilidade da parte recetora, para a celebração,

desenvolvimento, manutenção e controlo do contrato e cumprimento das suas respetivas obrigações legais. O titular dos dados pessoais poderá exercer os direitos de acesso, retificação, oposição apagamento, portabilidade, limitação do tratamento, bem como quaisquer outros direitos que sejam reconhecidos na lei, relativamente ao tratamento de que cada parte é respetivamente responsável, dirigindo-se por escrito, à atenção do respetivo responsável ou encarregado da proteção de dados. O tratamento dos dados é necessário para as finalidades indicadas anteriormente e os seus fundamentos de legitimidade são: (i) a celebração, execução, cumprimento e controlo da relação contratual entre as partes e; (ii) o cumprimento de obrigações legais a que o Município de Portimão está sujeito.

CLÁUSULA 16.^a

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Com a “Noitada”, que será uma mistura de arte, design, espetáculo, entretenimento e arquitetura que visa trazer vida ao centro da cidade durante duas noites, pretende criar uma movida pelo centro da cidade, numa rota que percorrerá as principais artérias e pontos de interesse no centro da cidade, num percurso, que vai desde a ponte velha, zona ribeirinha, Antiga Lota até à ponte ferroviária, Largo da Câmara, Jardim 1 de Dezembro, Rua Direita, Rua Diogo Tomé, Alameda, Largo da Mó, até à Rua Infante D. Henrique, Jardim Gonçalo Ribeiro Teles e da Rua S. João de Deus até ao Jardim Bívar.

Na edição de 2025 existirá 6 palcos, 23 pontos de animação na cidade, 20 instalações de luz, 80 artistas itinerantes e 100 artistas itinerantes.

Com este evento pretende-se

- a) Aumentar as oportunidades de negócio para o comércio local;
- b) Dar aos moradores uma festa /experiência inesquecível;
- c) Destacar a cidade- passado, presente e futuro – num evento que reflete a sua identidade;
- d) Criar um perfil positivo da cidade nos meios de comunicação (TV, Rádio, Redes sociais...) Assessoria de Imprensa;
- e) Consolidar este evento anual, como evento âncora único e distinto em relação aos espetáculos que existem no país e centralize Portimão como destino familiar e turístico;
- f) Aumentar o número de visitantes da Cidade;
- g) Criar motivos para manter os visitantes na cidade de Portimão;
- h) Criar motivos para os visitantes voltarem a Portimão.